

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
A ORDEM COMUNICACIONAL MANUSCRITA E O LUGAR DA COMUNICAÇÃO	17
Primeiros passos em direção ao mundo manuscrito	20
Prolegômenos temporais: uma história do tempo passando	31
O método e o tema: questões e hipóteses	38
OS PASQUINS SEDIOSOS DA REVOLTA DE 1798 – BAHIA	43
Negros e pobres contra a monarquia portuguesa	48
O conteúdo dos manuscritos e o papel da comunicação oral na Revolta	58
Considerações finais	64
O PHAROL: NOTÍCIAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA PELA PENA DE FERREIRO	69
Uma história cultural dos manuscritos	70
Notícias da Revolução Farroupilha	71
Tabernas do Vinagre	74
A letra bonita do ferreiro	76
Considerações finais	77
GAZETA DE BUENOS AIRES, O PRIMEIRO MANUSCRITO JORNALÍSTICO DA BACIA DO RIO DA PRATA	79
Primeiros escritos platinos	83
A pioneira folha jornalística	86
MUITOS MOTIVOS E DIVERSOS PROPÓSITOS: OS MANUSCRITOS DO SÉCULO XIX	97
Muitos propósitos e uma só materialidade	98
A escrita e os sons da oralidade	107
<i>O Archote</i> – ensaios de literatura	112
Os manuscritos das décadas de 1890 e 1900	123
<i>A Justiça</i> de pernas pro ar – ensaios do mundo político	135

<i>A Setta</i> : ESTUDO DE CASO DE UM JORNAL ESTUDANTIL MANUSCRITO NO SÉCULO XIX	141
Conhecendo <i>A Setta</i>	145
Considerações finais	151
RISCAR A FACE DO IMPERADOR: MARCAS MANUSCRITAS SOBRE SELOS E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE MANIFESTAÇÃO NO SEGUNDO REINADO NO BRASIL	153
O imperador “por detrás das grades”	155
Rabiscos variados	165
JORNAL E LEITORES: MÚLTIPLAS ESCRITAS, INÚMEROS SENTIDOS	173
Um jornal, múltiplas relações	174
Muitos leitores, anotações plurais	189
Considerações finais	193
REFERÊNCIAS	195
SOBRE OS AUTORES	203

INTRODUÇÃO

A história da comunicação, como qualquer história, passa periodicamente por revisões, seja porque foi descoberto ao acaso um arquivo precioso e que deixa ver sistemas de comunicação em toda a sua complexidade, seja porque as inquietações do tempo obrigam a direcionar o olhar para o passado, tentando compreender turbilhões e redemoinhos de mudanças que avançam sobre cada um de nós no mundo que denominamos contemporâneo.

Foi por obra do acaso e, em razão das inquietudes de um tempo encharcado de “presentismo”, que chegamos a este texto. Agora tomando a forma de livro, foi digitado no computador, mediação fundamental para a escrita nessas primeiras décadas do século XXI, para procurar compreender um processo comunicacional tão apartado do cotidiano e do nosso tempo ultrapresente, que se torna difícil nomear. Seria este um livro sobre manuscritos? Mas quais manuscritos? Jornais manuscritos, papéis manuscritos, cartas, desenhos e traços, cartazes difamadores e/ou bem-humorados? Ou o manuscrito é apenas uma das escritas que mescla, no suporte jornal/revista observações periódicas sobre sua leitura, fazendo uso de variados textos escritos à mão? Por que algumas publicações misturam propositadamente os modos impressos e manuscritos na edição final?

Quando preparava os originais do livro *História da comunicação no Brasil*, deparei-me com um texto que fazia referência à existência de um fundo documental na Fundação Biblioteca Nacional do Brasil (FBN) e que reunia duas dezenas de periódicos, qualificados como “insólitos jornais” (Cunha, 1994, p. 137), todos cuidadosamente produzidos à mão. A coleção era apresentada pelo chefe da Divisão de Manuscritos, Waldir Cunha, que destacava o fato de não haver ainda “a história da imprensa no Brasil detectado a existência de jornais manus-

critos, de produção essencialmente artesanal e semelhante em alguns aspectos aos pasquins” (Cunha, 1994, p. 137).

Portanto, o acaso tinha feito chegar ao meu conhecimento não apenas esses periódicos estranhos, manuscritos, de cuja circulação pouco se sabia, bem como dos próprios processos de confecção. Como eram esses jornais, quem os produzia e com que propósito? Quais as razões de produzirem em papel almaço, com ou sem pauta, tentativas de reprodução dos jornais impressos que inundavam as principais cidades do Império, a partir da segunda década do século XIX? Muitas eram as perguntas e poucas, as respostas.

Se o acaso tinha produzido o encontro desta pesquisadora com seu material empírico, não fora apenas o acaso que tinha entrelaçado seu destino e caminho com o do responsável pelo fundo documental. Waldir Cunha também era professor de História e Geografia de colégios do subúrbio. Num deles, foi meu professor de História e, por meio de suas aulas, a então garota do subúrbio ficou sabendo que existia no Centro do Rio um lugar enorme onde todos os livros do mundo (acreditava então) estavam guardados. Livros e jornais, eu aprenderia mais tarde.

Cada um desses periódicos tem uma história. Desvendá-la é um desafio, como também é perceber as razões de sua produção, como foram preservados e, mais do que isso, o que essas páginas informam sobre os processos de comunicação existentes no longo século XIX. Mais perguntas e ainda menos respostas.

Contudo o desafio estava lançado. Diante dos olhos, 20 periódicos que, também o acaso levou à sua preservação. Pela ação criteriosa do chefe do Setor de Manuscritos, estes periódicos, que estavam espalhados em diversas coleções particulares, foram reunidos numa única, a dos jornais manuscritos. E lá permaneceram, à procura do olhar de algum pesquisador que pudesse desvendar a ordem manuscrita, os processos de comunicação ali investidos e, sobretudo, compreender um mundo comunicacional habitado sempre por múltiplos modos.

Com tiragens mínimas (a maioria editava um só exemplar), muitos eram satíricos. Outros eram críticos. Havia ainda os eróticos, os difamadores. De quase a totalidade era produzido (ou foi preservado) apenas um exemplar que podia se multiplicar diante de dezenas de olhares, já que seus idealizadores, não raro, fixavam-nos em locais públicos.

Se as condições de circulação e produção dificultaram a sobrevivência, também os modos como eram apropriados eram convites à deterioração. Lidos ao ar livre e expostos às intempéries da natureza, lidos em grupo, o que pressupõe um manuseio extensivo, diversas foram as razões para a degradação de cada um dos exemplares. Mas muitos sobreviveram e, assim, poderemos, nas páginas que se seguem, tentar desvendar um mundo em que, singularmente, a ordem manuscrita teve supremacia.

Parece claro que mesmo após a chegada da impressão, no século XV, ou no caso brasileiro, mesmo com a permissão de se imprimir obras as mais variadas – com a chegada da Família Real, em 1808 –, os manuscritos não perderam seu posto de escrita dominante e meio de comunicação fundamental para a disseminação da palavra pública.

Portanto, a análise dos periódicos manuscritos, editados e preservados na FBN é apenas a primeira parada na tentativa de desvelar o que denominamos ordem comunicacional manuscrita. As letras manuscritas dividiram durante muitas décadas espaço com textos impressos. Isso era comum nas revistas ilustradas que ampliaram sua circulação junto ao público, desde 1870 (Barbosa, 2013). Ou seja, havia nos impressos brechas para a inclusão de uma palavra, comentário ou indagação. Sempre sob a forma manuscrita. À margem, nas margens, mas de maneira concomitante, manuscritos e impressos podiam formar (e formavam) uma mesma plataforma comunicacional.

Assim, nos jornais e nas principais revistas ilustradas do século XIX é recorrente a adição de textos manuscritos a uma base material, na qual se sobressaem ritos de impressão. Aparecem, ora como legenda das ilustrações, ou ainda podem ser acrescentados à margem dos periódicos, como observação em

relação à leitura que era realizada. Nesse caso, não havia nem a espera, nem a permissão prévia para a brecha manuscrita. O ato era de imposição. As bordas em branco se constituíam em lugares-síntese decorrentes de uma leitura particular. Nas margens e às margens havia nos impressos um lugar vazio para a inclusão de modos manuscritos.

Na história da imprensa brasileira já se tornou lugar-comum demarcar o ano de 1808 como o da mais expressiva ruptura em termos de processos históricos envolvendo modos de expressão. Naquele ano, com a vinda da Família Real, que, fugindo do enviado de Napoleão Bonaparte, se transferiu com armas e bagagens para a Colônia, vieram também os prelos que foram embarcados numa das naus que rumou em direção às terras coloniais.¹ Junto também havia um tesouro da mineração, ou seja, uma riquíssima coleção de minerais, além de instrumentos para o estudo da química. Zarpando do Tejo, em 29 de novembro de 1807, esses tesouros chegaram a salvo ao Porto do Rio de Janeiro, em 6 de março de 1808.

A montagem dos prelos numa tipografia que era capaz de editar um volume expressivo de papéis públicos – despachos, avisos, editais, dentre outros documentos multiplicados pela burocracia oficial –, se, por um lado, reincluiu o território de além-mar na ordem impressa, por outro, obrigou a instalação de diversos órgãos da administração direta que passaram a produzir aos borbotões papéis públicos manuscritos.

Ou seja, a chegada da impressão acrescentou à ordem manuscrita a permissão de divulgar e opinar sob a forma de letras impressas, mas também ampliou as possibilidades de uma ordem comunicacional de outra natureza. Com a vinda da Corte, exacerbaram-se as práticas e processos comunicacionais, deixando à mostra gestos existentes no Brasil Colonial e que expressam a concomitância das três ordens de comunicação: oral, manuscrita e impressa.

¹ Também foi em junho de 1808, que Hipólito José da Costa editou o *Correio Braziliense*. Impresso em Londres, mas que circulava – tal como outros papéis – de maneira clandestina nos principais portos brasileiros. Sobre o tema, consultar Barbosa, 2010a.

Deve-se considerar também que o desejo de se produzir jornalismo fazia com que, ao lado de inúmeros periódicos impressos que começaram a ser editados, proliferassem jornais manuscritos com muitos formatos e intenções ainda mais plurais. Recuperando estes jornais efêmeros e duradouros (como uma rede de textos), mostraremos, num primeiro momento, como, por meio de uma metodologia de pesquisa específica, voltada para a recuperação de traços e indícios do que existiu no passado, pode-se reinterpretar uma história que, só em aparência, parecia terminada.

Entretanto, o próprio caminho da pesquisa indicou outros processos que deveriam ser compreendidos e explicados, em relação a esse mundo dos manuscritos. Observamos também que era impossível recuperar os manuscritos do Brasil sem a formação de uma rede de pesquisadores que identificasse o que existia em outras províncias no longo século XIX, já que inclui a última década do século XVIII e as primeiras do século XX. Assim, este livro não é de um autor. Tal como a rede de textos dos quais trata, também se formou uma rede de pessoas envolvidas no desvelamento da ordem manuscrita no Brasil e que se revelou de enorme complexidade. Seria impossível para um único pesquisador percorrer de maneira solitária esse caminho. Foi então proposta a formação de uma rede de pesquisa que integra a produção que ora apresentamos, com o apoio institucional do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Formada por professores que estudam processos históricos comunicacionais, a rede permitiu o conhecimento particular desse denso mundo comunicacional, como também ampliou as possibilidades explicativas em função das peculiaridades de cada território cultural analisado.

Como estratégia metodológica, dividimos o território denominado Brasil nas mesmas regiões existentes no início do século XIX. Do ponto de vista territorial, o Brasil (ainda não consolidado como Estado Nacional), no fim dos anos 1820, era constituído por três grandes espaços: o Oeste Marítimo; os Governos Gerais do Leste e os Governos do Interior. O Oeste Marítimo incluía o Grão-Pará, o Maranhão e as demais

províncias chamadas do Norte; os Governos Gerais do Leste englobavam a Bahia e os governos secundários de Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. E os Governos do Interior, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Morel, 2005, p. 153).

Para melhor delimitar o objeto de estudo, nos ocupamos preferencialmente da análise de periódicos que surgiram ao longo do século XIX, não com a pretensão de recuperar o verdadeiro passado e, assim, dar conta de jornais manuscritos que existiram em diversos estados. O propósito é apenas revelar e interpretar fatias deste passado. Inicialmente, privilegiamos o material que está sob a guarda da Biblioteca Nacional e, posteriormente, a partir da constituição da rede de pesquisadores, outros que são também peças-chave para o entendimento da transformação da imprensa em algumas províncias do Império. Desse modo, incluímos na análise algumas províncias dos chamados Governos Gerais do Leste (Bahia e Rio Grande do Sul).

Ainda que seja uma fonte difícil de ser recuperada, há não apenas indícios e sinais da existência desses jornais manuscritos, como alguns permaneceram guardados nos arquivos de diversos estados do Brasil.

Para explicitar também como metodologicamente construímos a pesquisa, o foco recai sobre a produção de manuscritos, sendo o objetivo analisar seus aspectos conceituais (gráfico, editorial, produção, distribuição etc.) num complexo entendimento do que estamos chamando ordem manuscrita.

O livro é dividido em oito temas, reunindo reflexões de diversos autores em torno da produção da comunicação manuscrita no Brasil, como parte da formação do espaço público do Estado Nacional em gestação. Procurar-se-á mostrar, em primeiro lugar, que a interdição para que se imprimisse no território colonial jornais e outros opúsculos não foi empecilho para a construção de ordem comunicacional manuscrita, fundamental na ação complexa de constituição de uma arena pública política.

Concordamos com Marco Morel (2005) que as primeiras décadas do século XIX foram decisivas na construção de uma arena pública e que a passagem da América Portuguesa para o Brasil independente representou significativas transformações, com alterações igualmente importantes nas maneiras de fazer política nas cidades, espaços de expressão privilegiada da cena pública. Assim, tão importante como conceber a expansão exponencial da imprensa, que começou a circular a partir de 1808, e com intensidade estonteante desde 1822, é saber que, se houve rupturas nas maneiras de se comunicar publicamente como ator político, houve também permanências. Assim, a sociedade que existia não mudou subitamente. Se havia novas formas de fazer política, as práticas e valores consagrados continuaram representando atos comunicacionais desse mundo que se transformava.

Lado a lado com a imprensa – expressão mais acabada da modernidade desejada –, outras formas de exprimir opiniões, contentamentos ou descontentamentos em relação às normas políticas existiam em diversas modalidades. Papéis incendiários, manuscritos de todos os tipos, tomavam a cena pública, ao lado das vozes que gritavam a favor ou contra a nova ordem. Como mostra Morel (2005), papéis incendiários, gritos e gestos também foram fundamentais para a construção dessa arena entre 1820 e 1840.

O que ocorreu no período de formação do espaço público no Brasil foi a expansão de redes de comunicação, tanto aquelas oriundas das práticas da oralidade, quanto as que se desenvolviam na esteira das novas possibilidades tecnológicas de comunicação. A criação de redes administrativas, de transportes, de mercadorias, de produção e circulação dos impressos, difundindo interesses, ideias, palavras de ordem e propostas de organização e mobilização, é crucial para a formação desses espaços (Morel, 2005, p. 151).

Ao lado das expressões verbais e gestuais (que continuaram tendo enorme importância mesmo depois da consolidação da imprensa periódica), havia também as expressões manuscritas, papéis de múltiplas naturezas e que eram tornados

públicos com os mais variados propósitos. Numa sociedade caracterizada pela comunicação oral e visual, tais papéis que, na feliz expressão de Marco Morel, “flamejavam nas ruas”, foram fundamentais para a construção e ampliação dos debates públicos, indispensáveis na formação de uma arena política.

Assim, o cerne do livro é o desvendamento dessas práticas manuscritas que reproduziam ideias e palavras de ordem no momento da constituição do espaço público numa nova nação que se organizava. Esses jornais e papéis de diversas naturezas, incendiários e flamejantes, formaram a ordem comunicacional manuscrita. Em alguns momentos, foram decisivos. Quando havia necessidade de conclamar um público mais vasto e de incendiar o espaço público, recorria-se seguidamente a eles, que eram lidos em lugares de grande ajuntamento de pessoas (casas comerciais, praças, muros e fachadas comerciais da cidade, na porta dos próprios jornais etc.). Foram feitos para serem lidos de forma partilhada, convidando naturalmente também às partilhas de opiniões, de desejos e ações.

No ápice das revoltas, antecedendo, sobretudo, momentos em que as palavras de ordem se transformavam em palavras de ação, esses manuscritos ganhavam novos formatos hiperbólicos do ponto vista da linguagem. Eram expressões de convocação para a luta e para a guerra corpo a corpo. Alguns deles sobreviveram e são, principalmente, sobre os manuscritos das revoltas que tratam os primeiros temas do livro. Assim, o segundo e o terceiro falam, respectivamente, dos boletins sediciosos da Revolta de 1798, na Bahia, e das notícias que circularam, no Rio Grande do Sul, durante a Revolução Farroupilha, no jornal *O Pharol*. Na sequência, Mauro César Silveira analisa a *Gazeta de Buenos Aires*, o primeiro manuscrito jornalístico da Bacia do Rio da Prata.

Os dois temas seguintes tratam, especificamente, de jornais manuscritos que circularam no século XIX, procurando mostrar os diversos propósitos que levaram a editar periódicos com essa formatação. O quinto tema enfoca alguns jornais manuscritos que circularam nas décadas de 1860, 1870 e 1890 e analisa dois jornais em particular: *O Archote* – produzido pelo

escritor Raul Pompéia quando ainda estudante secundário no Colégio Abílio, e *A Justiça*, jornal dos presos políticos da Casa de Correção do Rio de Janeiro, editado em 1894. O sexto tema trata de outro jornal estudantil que circulou em São Paulo no fim do século XIX: *A Setta*.

O sétimo tema, de autoria de Marco Morel, faz uma análise instigante das marcas manuscritas postadas sobre os selos, que se traduziam assim em espaços de manifestação no Segundo Reinado no Brasil. Analisando em detalhes os traços que eram fixados nos diversos selos das correspondências, Morel nos leva a refletir também sobre os propósitos presentes na ordem comunicacional manuscrita.

O oitavo tema apresenta a análise sobre o território manuscrito complementar existente nos impressos do século XIX, uma história pelas margens desses periódicos e que pode revelar apropriações singulares realizadas pelo público, que também escrevia à margem dos periódicos. Seguindo as pegadas do público deixadas no *Conciliador do Maranhão*, pode-se, em grande medida, desvendar o destinatário dessas publicações.

São, portanto, múltiplos os exercícios interpretativos presentes neste livro que pretende lançar novos olhares sobre os manuscritos do longo século XIX, revelando, principalmente, uma densa e peculiar ordem comunicacional.